

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1286111 - AC (2018/0100822-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : JAMES PEREIRA DA SILVA
EMBARGANTE : MAILZA ASSIS DA SILVA
ADVOGADOS : MARIA CIRLEIDE MAIA DE OLIVEIRA ROCHA -
AC003301
VALDECI MAIA DE OLIVEIRA FACUNDES -
AC003300
EMERSON SILVA COSTA - AC004313
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
INTERES. : MUNICÍPIO DE SENADOR GUIOMARD
PROCURADOR : GILSON PESCADOR E OUTRO(S) - AC001998
INTERES. : MS SERVICOS LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

- 1.** Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.
- 2.** No caso dos autos, não há vício a ensejar esclarecimento ou a integração do que decidido no julgado.
- 3.** Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator